



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE AVISOS E EDITAIS DE LICITAÇÃO E DE OUTRAS MATÉRIAS DE INTERESSE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ A SEREM VEICULADOS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO LOCAL E NACIONAL, COMPROVADA PELO IVC (INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO), COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DESTA CORTE, EM ESPECIAL À DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS LTDA-EPP (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8521907-34.2016.8.06.0000).

CT N.º 12/2017

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Superintendente da Área Judiciária, Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão, e a empresa **GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS LTDA-EPP**, estabelecida na Av. Barão de Itapira, nº 2294, Sala 15, Jardim Guanabara, Campinas-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.876.112/0001-76, representada neste ato por sua diretora, Sra. Keli Alessandra Bandetini, brasileira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 26.585.319-9-SSP-SP e inscrita no CPF/MF nº 252.001.028-20, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, que se regerá pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da Licitação realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 36/2016, devidamente homologado pelo Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002, e a Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações posteriores, e, ainda, com o Processo Administrativo nº 8521907-34.2016.8.06.0000.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O Objeto deste Instrumento consiste na *contratação dos serviços de publicação de avisos e editais de licitação e de outras matérias de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a serem veiculados em jornal de grande circulação local e nacional, comprovada pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação), com o objetivo de atender às necessidades desta Corte, em especial à da Comissão Permanente de Licitação – CPL (Lotes 01 e 02)*, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 36/2016 e seus Anexos, e no Anexo Único deste Contrato, todos partes integrantes deste Termo.

PARÁGRAFO ÚNICO – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Instrumento, no que não o contrarie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações das partes neste Contrato:

Parágrafo Primeiro - DO CONTRATANTE:

- I. Providenciar o extrato da publicação e seu envio à Contratada através de fax ou e-mail, conforme a necessidade.
- II. Caso haja variação em função do conteúdo encaminhado para publicação, a fiscalização do Contrato estabelecerá junto à empresa a dimensão necessária à publicação.
- III. Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora nos moldes estabelecidos neste Contrato.
- IV. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa realizar o serviço objeto deste contrato, de acordo com o estabelecido neste.
- V. Prestar as informações, esclarecimentos e documentos que venham a ser solicitados pela Contratada, visando ao fiel cumprimento execução deste Contrato.
- VI. Rejeitar os serviços que não satisfaçam aos padrões exigidos nas especificações solicitadas pelo Contratante.
- VII. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a Contratada.
- VIII. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações da empresa contratada, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto e o seu aceite.
- IX. Notificar imediatamente a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução deste contrato, para que sejam adotadas as medidas necessárias.
- X. Aplicar à Contratada, se for o caso, as sanções administrativas previstas na legislação vigente.

Parágrafo Segundo - DA CONTRATADA:

- I. Prestar os serviços de publicação, conforme as especificações técnicas e solicitação do TJCE, providenciando a publicação em jornal de grande circulação local, bem como, em jornal de grande circulação nacional, conforme descrito no objeto deste Contrato.
- II. Estar em condições de prestar os serviços a partir da data da assinatura deste Contrato e manter essa condição na vigência do instrumento.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- III. A Contratada deverá confirmar imediatamente o recebimento da matéria solicitada e informar à Contratante as dimensões da publicação e o custo da mesma, observando o valor do cm/col contratado, além da data da publicação.
- IV. A Contratada deverá arcar com todos os custos referentes a mão-de-obra, equipamentos e materiais necessários à elaboração das artes finais das publicações.
- V. No caso de erros ou imperfeições que prejudiquem a exata compreensão do texto publicado, causados por falhas de publicação, a Contratada se obriga a efetuar nova publicação, na edição seguinte e às suas expensas, sem qualquer ônus para o TJCE.
- VI. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o fornecimento dos serviços sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- VII. Para cada texto publicado, a contratada obriga-se a fornecer ao Tribunal de Justiça, solicitante da publicação, 1 (um) exemplares da edição do jornal do dia da publicação, sem ônus para o Tribunal de Justiça do Ceará.
- VIII. A Contratada é responsável pela publicação fidedigna do texto encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ficando vedadas modificações de quaisquer ordens.
- IX. A publicação deve ocorrer, no máximo, 1 (um) dias, após o envio do extrato/avisos, pelo Tribunal de Justiça, tanto para o jornal de grande circulação nacional quanto para o jornal de grande circulação local.
- X. Os serviços serão executados mediante solicitação escrita (fax ou e-mail) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará à futura contratada, enviada até as 17 (dezessete) horas do dia útil anterior ao da veiculação, contendo a matéria a ser veiculada em jornal diário de grande circulação local, em preto e branco, no caderno de classificados e em dias úteis para o Lote 1 e em jornal de grande circulação nacional para o Lote 2.
- XI. A data da publicação deverá ser informada à unidade solicitante, no mesmo dia do envio de extrato/avisos.
- XII. Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a prestação do serviço.
- XIII. A Contratada deverá disponibilizar e-mail e/ou telefone fax para o recebimento e confirmação das solicitações de publicação. Caso a empresa não possua escritório na cidade de Fortaleza-CE, deverá arcar com o custo da ligação para recebimento do fax, aceitando a ligação a cobrar deste Tribunal.
- XIV. Manter, durante o fornecimento, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.
- XV. Emitir relatório mensal dos serviços executados, contendo a data da publicação, número do aviso do edital e de outras matérias solicitadas, bem como outras informações necessárias à transparência e ao controle do serviço prestado.
- XVI. Obedecer aos padrões de formatação e de tamanho da fonte solicitados pelo Contratante.
- XVII. Responsabilizar-se pela republicação no dia determinado pelo gestor, sempre que constatada qualquer inconformidade entre o texto publicado e o fornecido para publicação, sem qualquer ônus para o TJ-CE.
- XVIII. Encaminhar, por e-mail, página digitalizada (formato PDF) da publicação veiculada no jornal.
- XIX. A página digitalizada deverá ser encaminhada no mesmo dia de sua publicação.
- XX. Apresentar Nota fiscal/ Fatura até o primeiro dia útil do mês subsequente, relativa aos serviços efetivamente realizados no mês anterior.
- XXI. O serviço será considerado concluído mediante constatação da circulação do jornal com a publicação solicitada no dia designado pela contratante.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA QUARTA – ESCOPO DOS SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro - Os serviços a serem executados, respeitados os termos consignados na legislação e no presente Contrato, será adquirido após prévio empenho dos valores respectivos.

Parágrafo Segundo - O Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, bem como a proposta de preços serão partes integrantes desta contratação.

Parágrafo Terceiro - Quando a adjudicatária recusar-se a receber o instrumento contratual, poderá ser convidado outro licitante pelo(a) pregoeiro(a), desde que respeitada a ordem de classificação, para depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, firmar a contratação.

Parágrafo Quarto - A Contratada deverá publicar no primeiro dia útil subsequente ao recebimento do contrato até as 17h.

Parágrafo Quinto - O material para publicação será enviado à contratada por email ou fax.

Parágrafo Sexto - O material enviado após as 17h deverá ser publicado, no máximo, até o segundo dia útil subsequente ao recebimento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor global de R\$ 32.796,24 (trinta e dois mil, setecentos e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU, tendo como Fonte os recursos diretamente arrecadados, na seguinte dotação orçamentária:

04200061.02.061.500.22576.1500000.33903900.27000.1.20

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência do Contrato será de **12 (doze)** meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses conforme dispõe o Inciso II, do art. 57, da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, preferencialmente, nas agências do Banco Bradesco S/A, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do(s) produto(s) descrito(s) em cada ordem de fornecimento, mediante apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelas unidades receptoras e, também a apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e débitos trabalhistas.

I. A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU, CNPJ n. 41.655.846/0001-47.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

II. Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações assumidas.

III. O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Contrato.

Parágrafo Segundo - A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no item anterior implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

Parágrafo Terceiro - Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações assumidas.

Parágrafo Quarto - O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Termo de Referência.

Parágrafo Quinto - Também, o Tribunal de Justiça do Ceará somente pagará pelos serviços efetivamente prestados, não se comprometendo a utilizar em sua totalidade os quantitativos mensurados neste documento, solicitando apenas o quantitativo de serviços necessários à Administração, até os limites estabelecidos neste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá entregar na Central de Contratos do TJCE, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura deste Contrato, a título de garantia, a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei N. 8.666/1993. A garantia será devolvida à CONTRATADA somente depois do cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser utilizada para ressarcimento do CONTRATANTE e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas e indenizações devidas pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - A não renovação, tempestivamente, da Garantia do Contrato ensejará a suspensão de pagamentos até a regularização do respectivo documento, independentemente da aplicação das sanções contratuais.

Parágrafo Quarto - Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:

I. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

II. O atraso superior a 30 (trinta) dias acarretará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da multa prevista no item anterior e das sanções cabíveis previstas na **Cláusula Doze** deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - Os serviços serão recebidos em definitivo na data da publicação da veiculação dos avisos, após a aferição e verificação da conformidade da matéria publicada com a matéria enviada anteriormente à contratada.

Parágrafo Segundo - A matéria publicada com incorreções por culpa da contratada deverá ser republicada às suas expensas no dia posterior à data da comunicação, por e-mail, da incorreção.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE E ACRÉSCIMOS

Parágrafo Primeiro - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período mínimo de 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo - A contratada poderá solicitar ao Tribunal reajuste de preços somente depois de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura deste contrato.

I. Quando da solicitação de reajuste de preço, será utilizado o IPCA/IBGE, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (site <http://www.fgvdados.com.br>). Em caso da extinção do referido índice, o Tribunal fará a opção do índice que servirá de reajuste. Ficará a critério do Tribunal de Justiça, concordar ou não o reajuste de preço.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme previsto no art. 65, §1º, da Lei N. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, às seguintes multas e sanções, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei n. 8.666/1993 e responsabilidades civil e criminal:

- I. ADVERTÊNCIA;
- II. MULTA por atraso injustificado, conforme prazo instituído no Contrato, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor global estimado do serviço, para atrasos de até 30 (trinta) dias;
- III. MULTA por atraso injustificado, na execução do serviço de 10% (dez por cento), do valor global estimado do serviço, quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias.
- IV. MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor global do objeto licitado, em caso de inexecução total do pacto.
- V. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 2 (dois) anos;
- VI. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- VII. RESCISÃO, nos casos previstos no art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo Segundo - As sanções acima descritas poderão ser aplicadas de forma distinta ou cumulativa.

Parágrafo Terceiro - Ao TJCE será assegurado, após regular processo administrativo, para permitir a compensação da multa aplicada, descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, oportunizando-se defesa prévia ao interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

Parágrafo Quinto - As multas, garantida a prévia defesa, serão aplicadas e contabilizadas de acordo com as ocorrências, incidências e percentuais previstos nos anexos deste Contrato.

Parágrafo Sexto - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada caso não haja recolhimento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da comunicação oficial.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I. Se o valor descontado for insuficiente, fica a Contratada obrigada a recolher sua complementação dentro de 10 (dez) dias, contados da data da efetivação do desconto parcial.

Parágrafo Sétimo - A contratação, nos casos previstos na legislação, será cancelada após formalização da Secretaria Geral, sendo assegurado ao fornecedor o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - O serviço de publicação será fiscalizado pela Secretaria Geral podendo ser nomeado um servidor específico para atividade.

Parágrafo Segundo - A presença da fiscalização deste Tribunal não elide nem diminui a responsabilidade da empresa Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo, nem por quaisquer danos ou irregularidades constatadas posteriormente.

Parágrafo Terceiro - Caberá ainda à Fiscalização do contrato:

- I. Rejeitar totalmente ou em parte qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências deste Contrato;
- II. Acompanhar a execução dos serviços com o objetivo de garantir o fiel cumprimento deste contrato;
- III. Comunicar imediatamente ao representante da contratada sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- IV. Solicitar à administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;
- V. Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo Segundo - Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral do CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

Parágrafo Terceiro - A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

Parágrafo Quarto - A Administração concederá um prazo de 5 (cinco) dias para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. Fica esclarecido que até a regularização das obrigações, o pagamento não será efetuado, em razão de que não foram apresentadas as comprovações exigidas para tal.

Parágrafo Quinto - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III. Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Sexto - DA RESCISÃO COM RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS - A rescisão do contrato com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993 obedecerá ao previsto no § 2º do artigo 79 da mesma Lei.

Parágrafo Sétimo - DAS CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA POR INADIMPLÊNCIA CULPOSA - A rescisão com base nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993 acarreta as consequências previstas no artigo 80 da mesma Lei. A rescisão fundamentada por razões de interesse público ou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior dará à CONTRATADA o direito a liberação da garantia contratual e ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PRESCRIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro - O Gestor do Contrato será a Assessoria em Processos Licitatórios.

Parágrafo Segundo - Em atendimento ao Art. 5º da Portaria N. 1785/2015, datada de 14 de agosto de 2015, que trata de delegação de competência a Gestores do Tribunal de Justiça, o Ordenador de Despesas será o Secretário Geral do TJCE, que corresponde a toda e qualquer autoridade administrativa de cujos atos resultarem em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio.

Parágrafo Terceiro - De acordo com a Resolução do CNJ n. 7, de 18.10.2005, é vedada a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal (CONTRATANTE).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato rege-se pela Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/1993, alterada pelas Leis n. 9.648/1998, n. 9.854/1999, legislação correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

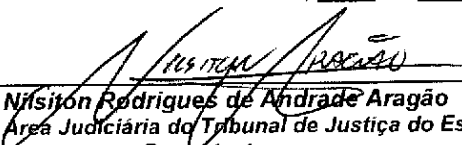


ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza, 6 de ABRIL de 2017.



Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão
Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Contratante



Sra. Keli Alessandra Bandetini
GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS LTDA-EPP - CONTRATADA (assinatura/carimbo)

Testemunhas: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO ÚNICO

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QTD.	QUANT. MÊS	QUANT. ANUAL	VALOR CM/COL	VALOR TOTAL
1	Serviço de Publicação de avisos e editais de licitação e de outras matérias de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em jornal de grande circulação LOCAL (entendida aquela, diária, no município de Fortaleza), comprovada pelo IVC - Instituto Verificador de Circulação.	Cm/col	12 Cm/col	48 Cm/col	576 Cm/col	R\$ 32,98	R\$ 18.996,48
VALOR TOTAL							R\$ 18.996,48

LOTE 2

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QTD.	QUANT. MÊS	QUANT. ANUAL	VALOR CM/COL	VALOR TOTAL
1	Serviço de Publicação de avisos e editais de licitação e de outras matérias de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em jornal de grande circulação NACIONAL (entendida aquela, diária, em cada região do país), comprovada pelo IVC - Instituto Verificador de Circulação.	Cm/col	13 Cm/col	26 Cm/col	312 Cm/col	R\$ 44,23	R\$ 13.799,76
VALOR TOTAL							R\$ 13.799,76

3